

**UMA HISTÓRIA COMEÇA EM QUALQUER LUGAR: CORPO,
TERRITÓRIO E TRAGÉDIAS AMBIENTAIS EM MARIA ALTAMIRA,
DE MARIA JOSÉ SILVEIRA¹**

**A STORY CAN BEGIN ANYWHERE: BODY, TERRITORY, AND
ENVIRONMENTAL DISASTERS IN MARIA JOSÉ SILVEIRA'S MARIA
ALTAMIRA**

Ernani Silverio Hermes (UFSM)

ernani.hermes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0029-2627>

Giana Antunes Bess (UFSM)

bess.giana@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1961-9212>

RESUMO: O romance *Maria Altamira*, da escritora brasileira Maria José Silveira, estrutura-se a partir de duas tragédias ambientais na América Latina: o deslizamento de terra em Yungay e a construção da Usina de Belo Monte na cidade de Altamira, Pará. Na narrativa, visualizamos uma simbiose entre noções de corpo, território e os acontecimentos das tragédias ambientais enquanto materialidades de sentido atravessadas por relações de poder inseridas no projeto da modernidade. Corpo e território inscrevem-se na narrativa, enquanto esta desestabiliza sentidos de uma historiografia hegemônica. Dessa forma, a urdidura romanesca dialoga com a proposição do que se tem chamado de Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000; Davis; Todd, 2017) como uma teia de relações de poder que impactam as condições de vida na Terra. Mobilizamos, então, conceitos de literatura enquanto performance (Ravetti, 2019; Simoni, 2020), corpo (Anzaldúa, 2021) e território (Saquet; Silva, 2008), além das ideias de Carola Saavedra (2021) sobre literatura e possibilidades de fim de mundo – já que o(s) fim(ns) de mundo não estão calcados em um único acontecimento trágico, mas são vivenciados nas experiências de sujeitos que carregam no corpo suas inscrições, assim como a literatura pode ser vista como um corpo permeado de significados.

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno; corpo; território; literatura brasileira contemporânea.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Finance Code 001.

ABSTRACT: *The novel Maria Altamira, by the Brazilian writer Maria José Silveira, is set through two environmental disasters in Latin America: the landslide in Yungay and the construction of the Belo Monte plant in Altamira, Pará. In the narrative, we can see a symbiosis between the notions of body, territory, and the environmental disasters as materialities of meaning crossed by power relations inscribed in the project of modernity. Body and territory are inscribed in the narrative, whereas it destabilizes meanings of a hegemonic historiography. So, the novel establishes a dialogue with the proposition that has been called the Anthropocene (Crutzen; Stoermer, 2000; Davis; Todd, 2017), as a thread of power relations that impact in the life conditions on Earth. Thus, we mobilize the concepts of Literature as performance (Ravetti, 2019; Simoni, 2020), body (Anzaldúa, 2021), and territory (Saquet; Silva, 2008), as well as the ideas by Carola Saavedra (2021) on Literature and possibilities of the end of the world – as long as the world endings are not set in a single tragic event, but are experienced by subjects who carry their inscriptions on their bodies, just as Literature can be taken as a body imbued with meanings.*

KEYWORDS: *Anthropocene; body; territory; contemporary Brazilian literature.*

1 Introdução

Em 2024 o Rio Grande do Sul passou por uma de suas piores catástrofes ambientais: as enchentes do mês de maio que modificaram a paisagem humana e não humana do estado. Em decorrência dessa tragédia climática, vidas humanas e não humanas foram perdidas em face de negligências, negacionismo e da interferência de relações de poder que violentam a natureza há séculos. Esse pode ser o fio a dar o primeiro ponto de uma malha de violências, de perdas e de destruição chamada de antropoceno, que vem aniquilando mundos há séculos. Essa história, no entanto, pode começar a ser contada a partir daqui, ou a partir da tragédia de Brumadinho, em 2019, ou da construção de Belo Monte, idealizada na década de 1970 e finalizada na década de 2010, ou do longo processo de colonização iniciado com a invasão europeia do território americano.

Enchentes, deslizamentos de terra, ondas de calor, ebulição global, derretimento de geleiras, aumento dos níveis oceânicos, secas, estiagens, extinção de espécies conformam o mosaico do antropoceno. Este conceito é originado dos estudos de Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000) no campo da química e da biologia e, para esses autores, quer dizer que a ação humana escalou a tal ponto após a Revolução Industrial que se tornou uma força geológica capaz de provocar mudanças estruturais no planeta. Porém, ao escapar dos limites das ciências exatas e naturais e alcançar as humanidades, entram em discussão elementos como linguagem, tempo, ação, política, concepções do que é ser humano etc. – haja vista que tais acontecimentos,

conformadores do conceito, implicam também sentidos que demandam reflexão sociológica, antropológica e histórica.

Nesse contexto, outros autores como Haraway e Tsing (2016), Moore (2015) e Davis e Todd (2017) questionam se o termo antropoceno enquanto baliza para explicitar o papel da ação humana na degradação de nosso planeta realmente é adequado para o problema que emerge. Tais autores refletem, então, sobre: que humanidade é essa implicada na “ação humana” do antropoceno? Que outras marcas históricas podem servir de ponto de partida para pensar o antropoceno que não a Inglaterra do século XVIII?

A literatura como potência semântica que emerge do real não fica alheia a essa discussão. Primeiramente, por representar, nos mundos que constrói, os colapsos, as tragédias, as violências que tecem essa malha histórica chamada de antropoceno. Além disso, pelo engendramento de vozes e perspectivas plurais e diversas, a partir da ficcionalização do real, faz questionar projetos narrativos hegemônicos.

Nessa cena, podemos ver o tensionamento da narrativa da modernidade, alinhada à colonialidade. O par modernidade/colonialidade coloca o progresso – técnico e econômico, sobretudo – como o ápice da dinâmica social, e em nome dele se legitimam violências contra aqueles que não têm espaço nessa narrativa: pobres, indígenas, negros, mulheres, LGBTQIA+. E não apenas humanos, mas entram nessa equação não humanos: animais, plantas, rios etc.

É a partir desse eixo que o romance *Maria Altamira*, de Maria José Silveira, publicado em 2020, se estrutura. *Alelí e Maria Altamira* seguem um percurso narrativo que desvela as relações de poder que agem sobre corpos e territórios de uma forma destrutiva alinhada ao antropoceno. Dessa forma, este artigo objetiva analisar a performance narrativa implicada a partir do imbricamento entre corpo, território e literatura como reveladora e questionadora de sentidos do antropoceno na tessitura literária.

Para tanto, na primeira seção discutimos o antropoceno em interlocução com a colonialidade e o capitalismo a partir de Crutzen e Stoermer (2000), Moore (2015), Haraway e Tsing (2016) e Davis e Todd (2017). Na sequência, concretizamos a análise literária a partir de Ravetti (2019), Simoni (2020), Anzaldúa (2021), Saquet e Silva (2008) e Saavedra (2021).

2 Antropoceno? Capitalismo, colonialidade e tragédias ambientais

Iniciamos esta seção sobre o antropoceno com uma interrogação. E não tem como ser diferente, uma vez que não há como falar nesse conceito sem colocá-lo em questionamento, em tensionamento, em problematização. Paul Crutzen, químico atmosférico, e Eugene Stoermer,

biólogo marinho, em artigo do ano de 2000, propõem chamar o atual momento da história planetária de antropoceno, considerando a ação humana (o *antropos*) como um agente de transformação geológica, haja vista as crescentes modificações no clima, no solo, na vegetação, no reino animal e, conseqüentemente, na vida humana, após a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra na metade do século XVIII.

De fato, tais mudanças são perceptíveis, porém dois pontos dessa equação são lícitos de questionamento. O primeiro deles é sobre a ação humana como a força motriz por trás do antropoceno: que humano é esse implicado nessa construção? Seria toda a humanidade, considerando aqueles que não têm poder de agência, realmente a responsável por tais mudanças? O segundo diz respeito a refletir sobre outras referências históricas possíveis para pensar essa realidade além da Europa do século XVIII e do evento da invenção da máquina a vapor por James Watt.

Diante desses questionamentos, surgem duas propostas interessantes: a de Jason Moore (2015) de pensar esse desdobramento a partir do capitalismo e a de Donna Haraway e Anna Tsing (2016), assim como Davis e Todd (2017), de concatenar esse problema atrelado, primeiramente, ao colonialismo e, sequencialmente, à colonialidade².

A primeira crítica apontada por Moore (2015) é de que a discussão do antropoceno parte de uma concepção de humano demasiadamente genérica. Isto é, o que seria esse humano da “ação humana”? Para o autor, não é possível pensar em um novo contexto global creditando a uma massa homogênea chamada de humano, sem considerar localizações específicas e agência de diferentes atores sociais. Em termos históricos, Moore entende que o problema relacionado à baliza da Revolução Industrial é que não é necessariamente o processo industrial, mas o que está por trás dele, o que o estruturou: o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Nesse sentido, no livro *Capitalism in the web of life*, Moore aponta o seguinte:

Como todo conceito da moda, o antropoceno tem sido submetido a um amplo espectro de interpretações. Mas uma é dominante. Esta diz que as origens do mundo moderno são encontradas na Inglaterra, por volta do início do século XIX. A força motriz por trás dessa época de mudanças? Em duas palavras: carvão e vapor. A força por trás do carvão e do vapor? Não é a classe. Não é o capital. Não é o imperialismo. Nem mesmo a cultura... você adivinhou: o *anthropos*: a humanidade como um todo indiferenciável (Moore, 2015, p. 173, tradução nossa)³.

² Restrepo e Rojas (2009) diferenciam colonialismo de colonialidade. Segundo os autores, o primeiro diz respeito à dominação política e administrativa dos impérios modernos europeus nos territórios americanos, africanos e asiáticos. O segundo, por sua vez, quer dizer a estrutura de poder balizada pela hierarquização de corpos, identidades e subjetividades que se prolonga após a independência administrativa das então colônias.

³ Do original: “As with all fashionable concepts, the Anthropocene has been subject to a wide spectrum of interpretations. But one is dominant. This one tells us that the origins of the modern world are to be found in England, right around the dawn of the nineteenth century. The motive force behind this epochal shift? In two

Ao colocar a discussão nesses termos, o autor aponta para o entendimento de que o momento em que vivemos é marcado pelo capitalismo, um cenário em que os fluxos de capital determinam a dinâmica do existir e se enredam às tramas da vida. Dessa forma, em vez de pensar que é o humano, puro, homogêneo e generalizado, o responsável pelo mosaico de destruição do antropoceno, Moore destaca o capitalismo como força sustentadora deste violento e hostil cenário. Em termos amplos: o antropoceno não diz respeito à espécie humana, mas ao capitalismo. É nesse sentido que o conceito de capitaloceno é proposto, ressaltando que a história do capitalismo é uma relação entre capital, poder e natureza como um todo. Ou seja, no arranjo eurocêntrico da modernidade, a natureza se configurou como um recurso, um ambiente a ser explorado. A natureza em seu ideal é desprovida de humanidade e, consequentemente, as humanidades encontradas na natureza, como as comunidades tradicionais, eram (e são) vistas como menos humanas que o sujeito eurocêntrico.

A crítica de Moore é de que o “humano” implicado na ideia do antropoceno é uma ideia demasiadamente genérica, não se localiza quem é esse sujeito e, então, ao apontar a uma humanidade “geral”, desconsidera que as possibilidades de agência são localizadas. Outra alternativa que surge no horizonte do debate é a de Heather Davis e Zoe Todd (2017), que escrevem um artigo com o ilustrativo título de: "On the importance of a date, or decolonizing the anthropocene" (em português, “Sobre a importância de uma data, ou descolonizando o antropoceno”, em tradução nossa). Nele, as autoras argumentam em favor de deslocar o ponto inicial da narrativa do antropoceno da Europa do século XVIII e localizá-lo no colonialismo e no seu prolongamento como colonialidade. Nos termos delas:

Nossa alegação aqui é que o Antropoceno, se explicitamente ligado aos primórdios da colonização, ao menos se afirmaria como um projeto crítico que entende que as lógicas ecodicas que hoje governam nosso mundo não são inevitáveis ou parte da “natureza humana”, mas que são o resultado de uma série de decisões cujas origens e reverberações estão na colonização. A partir desse lugar, podemos começar o projeto de decolonização do Antropoceno. No entanto, sem o reconhecimento de que desde seu início, o Antropoceno é um projeto universalizante, este serve para re-invisibilizar o poder de narrativas eurocêtricas, novamente as reposicionando como perspectiva neutra e global. Ao ligar o Antropoceno com a colonização, chama-se atenção para a violência em seu âmago, e clama-se pela consideração de filosofias e processos de autogovernança originários como uma correção política necessária, junto à autodeterminação de outras comunidades e sociedades violentamente impactadas

words: coal and steam. The driving force behind coal and steam? Not class. Not capital. Not imperialism. Not even culture ... you guessed it: the Anthropos: Humanity as an undifferentiated whole.”

pelas lógicas brancas, supremacistas, coloniais e capitalistas instanciadas nas origens do Antropoceno (Davis; Todd, 2017, p. 763, tradução nossa)⁴.

As autoras partem, então, de um outro ponto histórico: a colonização. Nessa nova forma de entender o antropoceno, fica mais evidente que a lógica do ecocídio é um projeto mais antigo do que o capitalismo e que se afasta dessa “humanidade” homogênea e generalizada. Dessa forma, o antropoceno – materializado como as violências contra humanos e não humanos – é associado ao projeto da modernidade/colonialidade, inclusive no seu projeto narrativo, balizado pela racionalidade iluminista, na cesura entre corpo e mente da filosofia cartesiana, bem como na separação entre pessoas e natureza. Isso tudo sem esquecer da máxima do progresso como retórica de legitimação de violências contra pessoas e ecossistemas.

Nesse viés, a violência é o ponto central, pois esta é a insígnia do projeto moderno-colonial, como pode ser averiguado em Restrepo e Rojas (2009). Porém, os estudos decoloniais, via de regra, consideram apenas a violência contra humanos, materializada pelos processos de escravização e genocídio de povos autóctones nas Américas, bem como as demais violências contra identidades feitas periféricas no sistema-mundo moderno-colonial (Grosfoguel, 2008). Ao propor uma decolonialidade do antropoceno, Grosfoguel soma à equação das violências aquela engendrada contra não humanos. Isso quer dizer do massacre contra espécies vegetais – suplantadas pela monocultura trazida pelo europeu – e das mudanças na paisagem provocadas pelo processo colonial.

Donna Haraway e Anna Tsing (2016) apresentam um pensamento que vai ao encontro do de Davis e Todd (2017), mas que vai além, uma vez que estas não se mantêm no conceito de antropoceno. Haraway e Tsing (2016) transpassam o nome proposto por Crutzen e Stoermer (2000), retomam o conceito de capitaloceno de Moore, e propõem o conceito de plantationoceno – em que a exploração no modo de vida colonial também é responsável pela ferida ambiental. Em um diálogo transcrito e publicado pela revista *Ethnos*, Haraway diz⁵:

⁴ Do original: “Our contention here is that the Anthropocene, if explicitly linked to the beginnings of colonization, would at least assert it as a critical project that understands that the ecocidal logics that now govern our world are not inevitable or ‘human nature’, but are the result of a series of decisions that have their origins and reverberations in colonization. From this place, we can begin the project of decolonizing the Anthropocene. However, without recognizing that from the beginning, the Anthropocene is a universalizing project, it serves to re-invisibilize the power of Eurocentric narratives, again re-placing them as the neutral and global perspective. By linking the Anthropocene with colonization, it draws attention to the violence at its core and calls for the consideration of Indigenous philosophies and processes of Indigenous self-governance as a necessary political corrective, alongside the self-determination of other communities and societies violently impacted by the white supremacist, colonial, and capitalist logics instantiated in the origins of the Anthropocene.”

⁵ Como o texto “Anthropologists are talking – About the anthropocene” se trata da transcrição de uma conversa entre pesquisadores, ao final, no rol de referências, o referenciamos com todos os autores, mas no corpo do texto, nas citações diretas e indiretas, mencionamos apenas qual dos autores enunciou aquela passagem.

As pessoas que eu conheço e que usam antropoceno tendem a enfatizar a história da metade do século XVIII em diante e tendem a usar os combustíveis fósseis como chave do momento histórico. O capitaloceno sugere uma história mais longa. Eu penso que estamos olhando para a agricultura escravagista, não o carvão, francamente, como chave de transição (Haraway, 2016b, p. 555, tradução nossa) ⁶.

Nessa passagem, a autora argumenta justamente sobre o questionamento de qual é, realmente, a força que impulsiona esse cenário de violências contra humanos e não humanos. Para Haraway, o problema está em considerar o uso de combustíveis fósseis que se associa ao processo de industrialização visto na Europa a partir da metade do século XVIII. Ela então propõe uma mudança no ponto de partida para o sistema agrário de base escravista que, evidentemente, se associa à colonização. Além da colonização enquanto processo histórico – o colonialismo – é possível ver a base epistêmica da colonialidade em ação, pois se percebe uma estrutura ideológica balizada por um processo de alteridade em hierarquia: assim como os indígenas e africanos, o solo e as plantas são vistos como algo a ser dominado e subjugado em benefício da manutenção de uma estrutura de poder estabelecida.

Adiante, no texto, Haraway e Tsing utilizam o termo *plantationoceno* a partir dessa lógica:

Anna

O que pensar através do capital significa para conhecer o antropoceno pode ser considerar a importância dos investidores a longa distância em criar uma relação abstrata entre investimento e propriedade. Essa nova relação faz isso possível ao tornar ecologias em algo completamente diferente, mesmo se seus lugares estejam distantes. Esse movimento, que eu penso como alienação, muda as plantas, os animais e os organismos que se tornam parte da *plantation*.

Donna

E as pessoas!

Anna

As pessoas, também, se tornam recursos alienados e esse é o movimento que permitiu que o sistema da *plantation* se espalhasse.

Donna

Talvez devêssemos propor uma palavra diferente para demarcar isso? O *plantationoceno*? Talvez esse termo seja melhor, mais descritivo? [risos] O capitalismo é um desenvolvimento tardio! (Tsing; Haraway, 2016, p. 556, tradução nossa).⁷

⁶ Do original: “The people that I know who use Anthropocene tend to emphasize the history from the mid-eighteenth century forward, and tend to take the use of fossil fuel as the key historical moment. The Capitalocene suggests a longer history. I think we are looking at slave agriculture, not coal, frankly, as a key transition”

⁷ Do original: “Anna

What thinking through capital means for knowing the Anthropocene might be to consider the importance of long-distance investors in creating an abstract relationship between investment and property. This new relationship makes it possible to turn ecologies into something completely different, even if their sites are very far away. This move, which I think of as alienation, changes the plants, the animals, and the organisms that become part of the *plantation*.

O ponto então é pensar a partir da *plantation*, esta que pode ser concebida como um espaço de violência antropogênica contra humanos e não humanos, por explorar a mão de obra de pessoas escravizadas e por substituir a diversidade vegetal pela monocultura, como o algodão nas *plantations* estadunidenses, a cana-de-açúcar nos engenhos brasileiros, ou até mesmo nos latifúndios contemporâneos de soja e gado.

Tsing destaca a alienação no sentido de um proprietário apartado da sua terra e passa a concebê-la apenas como uma fonte de lucro e poder, como a “natureza barata”, de que fala Moore (2015). Assim, a *plantation*, instituída pelo colonialismo, cuja estrutura é mantida pela colonialidade, é peça fundamental na engrenagem do projeto moderno-colonial que faz uma cisão entre pessoas e natureza no sentido de promover a dominação e a violação de humanos e não humanos.

Ao colocar o colonialismo e a colonialidade em jogo, vemos que eles são peças fundamentais (e não acidentais) do projeto moderno. Pensar que a atual crise da mudança climática é obra humana – e de alguns humanos que detêm muito mais poder que outros – implica o fim de uma distinção entre história natural e humana, colocando em xeque o costume de negar que a natureza seja capaz de ter uma história, como os humanos têm – o que acaba por exigir que se coloquem em diálogo as histórias globais do capitalismo e da espécie humana (Chakrabarty, 2013). Estamos diante, portanto, de uma dupla fratura: ambiental e colonial. No Brasil, não é difícil observar uma cisão entre um grupo de humanos que se coloca separado da natureza, apto a explorá-la; e outros grupos que vivem em cooperação com uma terra viva. Alguns humanos apresentam um projeto de destruição da floresta amazônica para se manter no poder, outros são parte de sua constituição, são parte integrante da natureza e vivem em cooperação. Conforme afirma Jacob,

Donna
And the people!

Anna
The people, too, become alienated resources, and it is that move that has allowed the spread of the plantation system.

Donna
Maybe we should propose a different word to signal this? The Plantationocene? Maybe that is a better, more descriptive, term? [Laughter] Capitalism is a late development!”

política, no ponto de vista das culturas originárias, não se separa da noção de território, isto é, a terra originária, que, apesar de expropriada desde os primórdios da colonização, é sagrada, devendo, por isso, ser salvaguardada, uma lógica em oposição direta à visão capitalista, inclinada a enxergar insumos em toda a parte. Desse modo, onde o Capital deseja construir hidrelétricas, as aldeias veem um rio dotado de espírito(s), onde as empresas visam um animal pronto para o abate, as comunidades originárias observam *humanidades*, e onde os governos estabelecem fronteiras, esses povos clamam por Abya Yala, um território único (2023, p. 3).

Esse contraste entre modos de habitar a terra mostra que as crises hoje enfrentadas não se tratam de eventos isolados, mas efeitos de um projeto colonial que separa e hierarquiza mundos. Dessa forma, esses conceitos ficam à disposição como lentes teóricas para refletirmos sobre as tragédias ambientais que experienciamos – construções de barragens que inundam comunidades, enchentes negligenciadas pelo Estado, ondas de calor provocadas pelo desmatamento etc. Assim, é possível visualizar esses acontecimentos por uma perspectiva que evidencia um projeto de mundo cerzido pela violência e que se enquadra em um processo histórico.

Pensando na literatura, para Zylinska (2014), as histórias que contamos ajudam a estabilizar valores éticos que podem ser úteis para o momento de urgência em pensar no tempo que nos resta como espécie. É nesse sentido de pensar em um antropoceno que leve em conta o colonialismo e a colonialidade, de incluir em um tecido narrativo as marcas deixadas na Terra por séculos de escravidão, capitalismo, mineração, genocídios, etc., que buscamos pensar em narrativas que considerem que a Terra, e quem por ela anda, carregam em sua própria carne as marcas que neles são feitos: que tratem da dependência ecológica da humanidade e de seu caráter transitório. Como contar essas histórias?

3 Maria Altamira: corpo, território e tragédias ambientais

As tragédias ambientais – lidas pelo termo guarda-chuva do antropoceno, que pode ser ressignificado como capitaloceno e plantationoceno – experienciadas no presente possuem uma ligação com o sistema da colonialidade e do capitalismo que coordena as determinantes da vida no mundo constituído pela narrativa da modernidade/colonialidade. A literatura, por sua vez, toma parte disso: ela oferta narrativas que, em sua performance linguística, posicionam-se em resistência a esse quadro e desestabilizam sentidos dessa narrativa hegemônica. A tais narrativas, Marina Simoni (2020) chama de narrativas do esgotamento. Nos termos da autora,

As narrativas do esgotamento de hoje parecem se deslocar do âmbito linguístico, de performances de insuficiência e/ou economia da linguagem, em direção a uma tomada de posição performativa concreta e situada em uma crise planetária a partir da

consciência da finitude dos recursos naturais da Terra e, ao mesmo tempo, das assimetrias implicadas pela própria posição enunciativa (Simoni, 2020, p. 129).

Tais narrativas, então, promovem a partir da sua concretude linguística uma performance que questiona, tensiona e desestabiliza a narrativa moderno-colonial. Uma vez que reconhecemos que a finitude dos recursos e os seus impactos nas condições de vida na Terra são questões concernentes ao antropoceno – ou capitaloceno, ou plantationoceno, se preferirmos –, tais questões alinham-se a uma perspectiva de mundo balizada no par modernidade/colonialidade. Dessa forma, as narrativas do esgotamento – a partir da produtividade do seu lugar enunciativo – objetam essa narrativa totalizante.

Maria Altamira, de Maria José Silveira, pode ser lida como uma narrativa do esgotamento: o lugar enunciativo que reivindica um espaço de narração no intento de colocar em tensão a estabilidade da narrativa moderno-colonial, a qual se constitui a partir da hierarquização, da dominação, do progresso e de um enquadramento de enunciação do norte global imperialista. O romance em questão desestrutura todos esses pontos: desierarquiza posicionamentos sociais, resiste a dominações, questiona o progresso e é enunciado a partir do sul global, mais especificamente de uma localização geopolítica amazônica, brasileira e latino-americana.

O narrador, na sua performance de narração, já no primeiro parágrafo do romance produz sentidos que apontam para essa direção:

Uma história começa em qualquer lugar e em qualquer momento. Há sempre algo que entrelaça de tal maneira as histórias do mundo e as de cada um de nós que o começo depende apenas do ponto de vista pelo qual você escolhe ver e desembaralhar os nós, as malhas, os vazios.

Nosso começo aqui poderia ser a morte da família de Alelí, seus pais, quatro irmãos, e Illa, sua filha de três anos, soterrados na própria casa como todos os outros habitantes da pequena cidade de Yungay, quando o pico do nevado Huascarán desmoronou depois de um terremoto em Ancash, vale da Cordilheira dos Andes, Peru, no ano de 1970.

Alelí tinha dezesseis anos.

Tragédia que tem suas semelhanças com o que os olhos de Maria Altamira, a outra única filha de Alelí, nascida dez anos depois na cidade da qual leva o nome, veem agora, em 2017, do monomotor em que está: a expansão brutal das águas que afundaram a região onde foi construído o principal reservatório da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, nas águas do rio Xingu, no Pará (Silveira, 2020, p. 15).

O narrador inicia em uma performance metanarrativa: por qual ponto inicia sua história? E, mais, fica ainda subjacente à afirmação do narrador: por qual ponto inicia a História? Podemos pensar justamente na problemática do antropoceno, que pode começar na Europa do século XVIII, no desenvolvimento da sociedade capitalista ainda pré-industrial, ou na colonização. Mas também podemos começar a contar essa história a partir da construção de

Belo Monte, na década passada, no interior profundo do Brasil. Isso porque, na trama (Morton, 2010) que tece a vida compartilhada, todos os pontos se interligam independentemente do fio que dá o primeiro ponto; mas a maneira como se escolhe iniciar a trama resulta em um tecido diferente.

Nessa organização, o romance de Maria José Silveira já inicia questionando projetos narrativos fechados, pois uma história começa em qualquer lugar e em qualquer tempo. Isso reflete na performance do narrador que não centraliza a narrativa em nenhum ponto. Logo, uma narrativa descentralizada, a partir da performance linguística, desajunta qualquer possibilidade de hierarquia e, assim, surge um outro resultado estético. O narrador como agente de manipulação da informação narrativa não centraliza as ações na organização que faz do enredo, é uma narrativa rizomática que se abre para a diversidade e a pluralidade.

O narrador, nessa passagem, diz que “poderia” iniciar com a tragédia ambiental que culminou na morte da família de Alelí, ou também com a tragédia ambiental originada da construção de Belo Monte. O tempo verbal empregado nessa ocorrência, futuro do pretérito, deixa isso como uma possibilidade. Em vez de iniciar por qualquer um desses pontos, ele opta por iniciar refletindo sobre a própria narrativa, flexibilizando seu próprio relato e apontando para um questionamento de relatos absolutos, estes característicos da modernidade/colonialidade.

Mas o narrador não apenas apresenta essas possibilidades, o que seria talvez até simplório. Ele entrecruza acontecimentos – o desmoronamento em Yungay e a construção de Belo Monte –, diferentes lugares – Peru e Brasil – e tempos – 1970 e 2017. Nesse processo, o que conecta essas ações, espaços e temporalidades é a narrativa familiar de Alelí e Maria Altamira, mãe e filha, evidenciando que os empreendimentos narrativos, quaisquer que sejam, são localizados e não totais.

Graciela Ravetti (2019) chama atenção para esses processos que irrompem na tessitura literária, sobremaneira na literatura latino-americana. A isso ela chama de realismo reflexivo performático que “irrompe como reação a essas primeiras percepções – o grão da performance na escrita e os índices de representação. É desse impulso que são geradas as passagens de um modo de dizer a outro, de uma forma de formular questões a equações de demonstração” (Ravetti, 2019, p. 22). Assim é o narrador de *Maria Altamira*: há uma transição no modo de dizer, de formular a equação da escrita, que em vez de elaborar uma narrativa fechada e absoluta, a trama é montada pela abertura, pelas possibilidades, que desestabilizam relatos tradicionais e hegemônicos.

Ravetti (2019, p. 23) reconhece que há dois sujeitos em jogo, que concretizam essa performance: o produtor do discurso e o leitor. Neste caso, o leitor também participa dessa performance, pois ele também tem a oportunidade de desestabilizar os seus sentidos de mundo. Como preconiza Ricoeur (2010), ao tratar da tríplice mimética, o leitor entra no texto com um mundo prefigurado que entra em contato com a configuração de mundo aberta pela narrativa e do cruzamento de ambos surge um mundo refigurado. Assim, o leitor entra no jogo, o leitor também performa, pois, pela desestabilização de sentidos naquele mundo configurado narrativamente, surge uma nova possibilidade de mundo refigurado, com sentidos abertos e fluídos.

Glória Anzaldúa observa que as histórias são performances localizadas:

Minhas “histórias” são atos encapsulados no tempo, “encenadas” toda vez que são ditas em voz alta ou lidas em silêncio. Eu gosto de pensá-las como performances e não como objetos inertes e “mortos” (como a estética ocidental gosta de pensar as obras de arte). Em vez disso, a obra tem uma identidade; ela é um “quem” ou um “quê” e contém a presença de pessoas (Anzaldúa, 1987, p. 67, tradução nossa)⁸.

As histórias são performances, ou seja, implicam sujeitos. Independente do formato – se na narrativa oral, ou na leitura silenciosa de um romance, por exemplo –, histórias evocam uma identidade. Diferente do que propõe a cultura ocidental, que envolve o projeto moderno-colonial, contar uma história é um ato localizado que demanda um sujeito também localizado. Na verdade, esse pensamento é uma desconstrução da categoria de universal, como trabalhada pela filosofia europeia. Logo, se narrar pressupõe um sujeito, também pressupõe um corpo – haja vista o que Donna Haraway (1995) escreveu sobre os saberes localizados, de que as atividades intelectuais demandam um corpo e uma identidade, não podendo ser originadas de um amálgama homogêneo.

Dessa forma, o corpo entra em jogo na performance. É como se o corpo fosse o que Ursula K. Le Guin (1986) chama da bolsa de ficção, na qual se depositam experiências que são transformadas em histórias. Dessa forma, o corpo de Alelí carrega em si histórias que entram nesse jogo performático:

⁸ Do original: My ‘stories’ are acts encapsulated in time, ‘enacted’ every time they are spoken aloud or read silently. I like to think of them as performances and not as inert and ‘dead’ objects (as the aesthetics of Western culture think of art works). Instead, the work has an identity; it is a ‘who’ or a ‘what’ and contains the presence of persons

Alelí descia onde descia. Comia o que lhe davam. Dormia onde dormia, mal saindo das rodoviárias ou das paradas, suas roupas cada vez mais sujas e gastas. Olhos sempre no chão, como se não soubesse mais erguê-los (Silveira, 2020, p. 22).

O corpo de Alelí carrega em si as marcas da errância, do desterro, “descia onde descia”. Para a personagem, onde ela está não tem relevância, pois no soterramento perdeu suas referências de afeto e de mundo. O estado calamitoso da personagem é visto pelo “comia o que lhe davam” e “dormia onde dormia”, ou seja, até mesmo o mínimo para a subsistência do seu corpo ela negligenciava. Seu semblante é descrito pelo narrador pela forma como direcionava os olhos sempre para o chão, sem conseguir mudar a expressão de seu rosto. O corpo evoca a narrativa do desterro que não é apenas de Alelí, mas é a narrativa da América Latina, colonizada e marcada por essa insígnia: dos indígenas retirados de suas terras, dos africanos que chegam aqui desterrados da África pela escravização; mas também, neste tempo histórico, dos ribeirinhos, por exemplo, que são obrigados a deixar suas terras pelas inundações das barragens.

O corpo de Alelí é a imagem de um corpo violentado:

Pessoas boas às vezes aparecem, Alelí sabia. Assim. Do vaivém das coisas do mundo. Mesmo em ambientes pouco propícios, aparecem. Mesmo quando tudo desmorona em volta, aparecem. Foi assim que Chica, moreninha baixa de olhos atentos, tendendo à obesidade, apareceu na vida de Alelí. Seus dois filhos, Avenor, de oito anos, e Avelino, ou simplesmente Lino, de quatro, pode-se dizer também que apareceram, já que herdaram dela a capacidade de gostar dos outros e acolhê-los. Os dois a cercaram, olhos fixos nas pequenas cicatrizes de seus braços e pernas que formavam na pele um tipo de desenho feio e sem cor, em nada parecido com os dos índios, mas que mesmo assim fizeram com que eles dessem como certo que ela era índia. Queriam escutar o som daquela casca de tatu e pegar na boca da cobra de seu cinto (Silveira, 2020, p. 75-76).

Depois de chegar ao Brasil e ficar um tempo na comunidade dos indígenas Juruna, Alelí perde Manuel, assassinado por estar envolvido na resistência ao tráfico de madeira ilegal. Ele havia sido o único relacionamento amoroso de Alelí – além de parceiro e cônjuge, também representava um local de acolhimento para ela. Manuel é assassinado por estar envolvido na resistência ao tráfico de madeira ilegal. Grávida, parte da comunidade Juruna e, em Altamira, encontra Chica que a acolhe. Porém, o que chama atenção naqueles que a recebem são as cicatrizes que carrega em seus braços e pernas: a personagem tinha o hábito de com um pequeno canivete mutilar-se quando era assolada por emoções e lembranças que não conseguia controlar, como a do deslizamento de terra em sua cidade natal e da filha nele perdida. Se a bolsa de que fala Le Guin (1986) carrega pequenas sementes que se tornam histórias, o corpo de Alelí carrega pequenas cicatrizes que também evocam um capital narrativo. Nesse sentido, o corpo de Alelí é uma imagem do território latino-americano, que também carrega cicatrizes. O

antropoceno/capitaloceno/plantationoceno faz desse território o corpo cheio de cicatrizes: genocídios humanos e não humanos, desterrados, exílios, escravidão etc.

Nesse sentido, cabe questionar: o que é um território? Saquet e Silva (2008, p. 8) o entendem da seguinte forma: “Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. Isto quer dizer que um território é um espaço atravessado por relações de poder emanadas pelos diferentes atores sociais que o colocam em tensão. Em *Maria Altamira* essa dinâmica é visível na performance narrativa, pois a construção da Usina de Belo Monte sobrepõe relações de poder sobre aquela espacialidade:

Era a grande ameaça que havia vários anos os perseguia, os homens do governo andando pela região, não com armas, e sim aparelhos de medição, dizendo que o Xingu era muito importante para o país e que ali, na curva da Volta Grande, havia como que um salto ideal no leito do rio para fazer uma barragem (Silveira, 2020, p. 63).

Nessa passagem, o narrador modaliza a dinâmica de poder que cruza aquele espaço e faz emergir um território. O discurso da voz narrativa destaca atores sociais que têm por objetivo apropriar-se daquele espaço para a construção de uma barragem e munem-se da narrativa do progresso para justificar a tomada daquele território. Dessa forma, estabelece-se uma relação de poder entre os representantes do governo e a comunidade local: aqueles operando com seus dispositivos de poder para o domínio do território e estes resistindo ao poderio governamental na medida em que podiam. Logo, aquele espaço é transformado em território, pois os diferentes interesses tornam visíveis as mecânicas sociais de expressão do poder.

Esses dois grupos entram em tensão e desse tensionamento emerge um cenário de violência antropocênica em detrimento do território:

E as explosões começaram, dia e noite abrindo espaço para a construção do barreamento. A água do Xingu, tão clara na mão tornou-se suja e escura. Cheia de resíduos venenosos dos dejetos das explosões e de cimento. Certos recantos do rio já nem davam gosto de ver.
E os peixes, ah!, como morriam.
Os indígenas outra vez se juntaram, e era a reunião e mais reunião entre as aldeias, todo dia, toda hora, para fazer um levantamento das desgraças. Depois, lá iam eles e as lideranças, também dia e noite, se preciso, protestar contra os homens da Norte Energia e do governo (Silveira, 2020, p. 146).

Nessa passagem, a voz narrativa evidencia em seu discurso o cenário de violência contra o rio, componente daquela paisagem, feito território pelos atravessamentos do poder. A interjeição demarca uma sensibilidade do narrador quanto a aquela situação violenta e introduz

perspectivas de resistência da comunidade. Os dois lados estão bem colocados, empresários e governantes, e os indígenas como defensores do seu território. Nesse movimento, há resistência, pois há uma oposição de forças entre os dois lados, em que os indígenas, na ânsia de defender o território, investem força em ações que visam à desestabilização do projeto oposto.

Assim, podemos pensar que no romance em questão revela-se um corpo-território humano e não humano violado pelo antropoceno. O corpo da natureza, representado pelo rio barrado, os corpos dos peixes mortos, o corpo mutilado de Alelí, o corpo morto de Manuel Juruna, os corpos das mulheres violados pelos garimpeiros etc. Glória Anzaldúa destaca o seguinte: “Eu conecto a violação dos corpos das mulheres à violência da terra, e então à específica apropriação de terras indígenas e chicanas no sudeste” (Anzaldúa, 2021, p. 153). A autora reporta-se ao contexto da América do Norte, mas que reflete no contexto da América do Sul, no Pará: aqueles que violam a natureza também violam os corpos das mulheres. Logo, esse corpo-território ultrajado reverbera o cenário de violência antropocênica que expressa a destruição do humano e do não humano.

Por fim, fazemos força aos questionamentos de Carola Saavedra em relação à literatura e às tragédias ambientais que assolam humanos e não humanos:

[...] o que pode a literatura? Que horizontes ela alcança? Ou, mais especificamente ainda: o que pode a literatura em um mundo em colapso, assombrado pelo aquecimento global, pandemias, ascensão da extrema-direita, aumento da miséria, entre outras tragédias? Em suma, em uma realidade na qual tudo parece mais urgente que a literatura? Não há uma única resposta a essa questão, mas certamente acreditamos que a literatura pode nos ajudar a abrir clareiras e vislumbrar, coletivamente, a construção de outras realidades. Caminhos que passam pelo nosso profundo desejo de vida, ficção e arte (Saavedra, 2021, p.08).

A literatura, nesse sentido, tem a potencialidade de colocar uma luz sobre as urgências que vivenciamos cotidianamente. Ao ficcionalizar tragédias ambientais, violações de humanos e não humanos, coloca em xeque sentidos até então estabilizados pela narrativa hegemônica e abre possibilidades outras de estar no mundo, que não a dinâmica extrativista e violenta do antropoceno.

4 Considerações finais

Tragédias ambientais que impactam vidas humanas e não humanas fazem-se cada vez mais presentes no nosso cotidiano, como nos exemplos já mencionados: enchentes, ondas de calor, desmoronamentos, inundações etc. Pelo que foi discutido, tais acontecimentos não são meros acasos da natureza em uma desordem aleatória. Por não serem assim, diferentes

teorizações buscam sistematizá-los a partir de diferentes perspectivas: antropoceno, capitaloceno e plantationoceno. Esses desdobramentos teóricos tratam de uma realidade a qual é entendida a partir de diferentes vetores, que mudam a narrativa desses fenômenos: ação humana, capitalismo, colonialidade.

Essa discussão, concatenada às ciências naturais e humanas, coloca em perspectiva dinâmicas sociais e históricas, como o capitalismo e a colonialidade, aos cenários de violência antropocênica que subjagam vidas humanas e não humanas. Dessa forma, essa demanda alinha o humano à natureza, ao contrário do projeto da modernidade que promove uma cisão entre esses dois vetores em uma estratégia de dominação.

A literatura apropria-se dessa aporia à medida que representa no seu universo diegético situações e contextos que remetem à exploração do humano e do não humano em uma engrenagem histórica de poder. Ao concretizar essa operação, acaba por questionar a narrativa hegemônica da modernidade/colonialidade e apresentar ao leitor outras perspectivas de conceber o humano e a sua maneira de estar no mundo em relação ao não humano.

Em *Maria Altamira* essa construção de sentido é embasada ao concatenar três matrizes semânticas: tragédias ambientais, corpo e território. A partir do engendramento discursivo do texto, o leitor tem acesso a processos de sentido que interpelam o ato interpretativo para um conjunto ordenado de violências que visam à dominação e à destruição de pessoas, culturas, espaços, animais e plantas em benefício da manutenção do projeto de progresso ditado pela modernidade. Ao expor essa problemática, a narrativa abre possibilidades de resistência a essas dinâmicas e faz emergir uma estética performativa, que envolve o leitor e o texto, em um processo aberto e inacabado de outras possibilidades de sentido para significar a existência.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/la frontera*. The new mestiza. São Francisco: Aunt lute books, 1987.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. *Sopro*, n. 91, p. 4-22, 2013.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The anthropocene. *IGBP Newsletter*, v. 41. p. 17-18, 2000.

DAVIS, Heather; TODD, Zoe. On the Importance of a Date, or Decolonizing the Anthropocene. *ACME – An International Journal for Critical Geographies*, v. 16, n. 4, p. 761-780, 2017.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, trad. Mariza Corrêa, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna; TSING, Anna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F; OLWIG, Kenneth. Anthropologists are talking—about the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016.

JACOB, Livia. A literatura indígena brasileira diante de Gaia: ensaiando o fim. *Gragoatá*, v. 28, n. 61, p. 1-21, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/56313>. Acesso em: 6 mar. 2025.

LE GUIN, Ursula K. *The carrier bag theory of fiction*. London: Ignota, 1986.

MOORE, Jason. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. London: Verso Books, 2015.

RAVETTI, Graciela. Literatura latino-americana contemporânea: reflexões sobre paradigmas, convergências e legados. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 1, n. 11, p. 12-31, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://200.145.201.15/index.php/Olhodagua/article/view/562/502>. Acesso em: 17 set. 2024.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. *Introducción crítica al pensamiento descolonial*. Maestría en Estudios Culturales. Bogotá: Universidad Javeriana, 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Tomo I. Trad. Cláudia Berliner. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SILVEIRA, Maria José. *Maria Altamira*. São Paulo: Instante, 2020.

SIMONI, Marina. Narrativas do esgotamento e historiografia (literária) brasileira no Antropoceno. *Odisseia*. Natal, v. 5, n. esp., p. 127-143, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/download/23554/13574>. Acesso em: 17 set. 2024.

ZYLINSKA, Joanna. *Minimal ethics for the anthropocene*. Ann Arbor: Open Humanities Press, 2014.

Texto submetido em: 07 mar. 2025

Aceito para publicação em: 29 ago. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.146206>